

**Entre o traço e o palanque:
Tecnocracia e Personalismo Político no PSD catarinense (1960-1965)**

Marcelo Coelho Raupp¹

Resumo: A política catarinense de meados da década de 1960 apresentou uma característica fundamental: a coexistência de diferentes elites políticas. E dentro do PSD (Partido Social Democrático) estadual esta foi uma característica marcante. De um lado, um grupo de larga tradição, voltado para uma ação de caráter mais personalista, geralmente identificada por práticas tidas como “clientelistas” e “populistas”. De outro, pela emergência de certas demandas técnico-administrativas dentro dos aparelhos estatais, provenientes de um ímpeto de modernização, entram em cena personagens atrelados a um diferente perfil, construído por uma perspectiva tecnocrata.

Palavras-chave: Modernização; Desenvolvimentismo; Elites políticas.

Abstract: The Catarinense politics of the middle of the 60's presented a fundamental characteristic: namely the coexistence of different political elites. In the State chapter of the PSD (Social Democratic Party) this showed to be a distinctive characteristic. On one side a traditional group leaning more to actions of a personal strain, generally identified with approaches considered to be “populist” or “commercialist”. On the other side, because of the emerging of certain technical administrative demands in the state political apparatus arising from a dire desire of modernization, some characters of a different profile defined by a technocratic perspective come into scene.

Keywords: Modernization; Desenvolvimentism; Political elites.

O cenário político catarinense de meados da década de 1960 apresentou uma característica bastante peculiar: a coexistência e a convivência de elites políticas bastante variadas entre si. Cada uma forjada em uma temporalidade específica e com necessidades e ambições não menos variadas. O período em questão deve ser entendido como uma espécie de *encruzilhada*, em que não apenas emergiram as disputas entre os partidos políticos (UDN, PSD e PTB) – seja em âmbito nacional, estadual ou local – mas também, e talvez principalmente, diferentes projetos de poder colidiram na busca de uma hegemonia partidária. E dentro do PSD (Partido Social Democrático) estadual esta foi uma característica marcante.

De um lado, enfileira-se um grupo de larga tradição, voltado para uma ação de caráter mais *personalista*, geralmente identificada por práticas tidas como “clientelistas” e “populistas”. Este grupo carregava a influência de Aderbal Ramos da Silva (ex-governador), através de uma liderança cada vez mais incrustada na figura do Deputado Ivo Silveira. Entretanto, pela emergência de certas demandas técnico-administrativas dentro dos aparelhos

*Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

estatais, provenientes de um ímpeto de modernização, entram em cena personagens atrelados a um diferente perfil, construído por uma perspectiva *tecnocrata*. Dessa forma, nasce uma outra facção partidária fortalecida no período aqui assinalado por adquirir evidência com a condução do *Seminário Sócio-Econômico*², e, posteriormente, com a execução do *Plano de Metas do Governo*³; isto, através da supervisão destacada do intelectual Alcides Abreu. Sendo assim, através de caminhos bastante distintos, duas lideranças ganharão destaque dentro do Partido Social Democrático de Santa Catarina: Ivo Silveira e Alcides Abreu.

É por meio da cumplicidade, da interação e de um forte apelo a “laços pessoais” que a política catarinense opera em suas entranhas. E é exatamente dentro de complexas operações políticas que surge, em fins da década de 1940, nas cercanias da Capital, mais precisamente no município de Palhoça, uma curiosa liderança: o advogado Ivo Silveira. Como expressa o jornalista Moacir Pereira, Ivo Silveira era

“filho de uma típica família de classe média da Palhoça, na Grande Florianópolis, tornou-se o símbolo da autêntica representação política. Nunca perdeu uma eleição em sua terra natal, foi deputado estadual por quatro legislaturas, exerceu o mandato de prefeito municipal e por três vezes presidiu a Assembléia Legislativa do estado” (PEREIRA, 1998: p. 9).

Em 1998, por ocasião de longa entrevista (largamente utilizada no presente trabalho), o próprio responde ao jornalista Moacir Pereira sobre o trabalho necessário para a obtenção dos votos na sua região:

“Era um conjunto de ações partidárias, assistenciais, esportivas e comunitárias. Fundei o PSD, em 1945, fui secretário e presidente do partido. Presidi a Legião Brasileira de Assistência Municipal. Marcava presença em várias entidades. Joguei de beque central no Guarani da Palhoça. Ia aos bailes no clube 7 de Setembro, ia às missas dominicais, comparecia ao cinema, circulava no jardim e, às vezes, jogava um “pifezinho” com os amigos. Em termos de informação, tinha-se um quadro muito diferente deste de hoje. Eu é que levava as notícias para as lideranças e a população do centro e dos distritos. O noticiário era restrito as emissoras de rádio. E, assim, dividia a vida entre esta forte presença na Palhoça e o trabalho de oposição na Assembléia” (PEREIRA, 1998: p.20).

Tomando emprestada a famosa expressão do antropólogo Clifford Geertz, trata-se de uma “descrição densa” da cultura política de uma época. E é a partir deste personagem e das redes que constrói, tanto no perímetro urbano de Palhoça, como nas localidades mais afastadas, que se constitui o Partido Social Democrático (PSD) no município. Ivo Silveira não

² Plataforma da candidatura de Celso Ramos ao Governo do Estado de Santa Catarina, o Seminário Sócio-Econômico foi o resultado de uma série de pesquisas voltadas para o entendimento da realidade catarinense; sobretudo no que dizia respeito sobre a pluralidade da população e a complexidade dos “problemas catarinenses”.

³ O PLAMEG nada mais foi do que a aplicação dos indicativos retirados do Seminário Sócio-Econômico aplicados pelo governo já eleito de Celso Ramos.

era o único figurante, mas foi a partir da consolidação de sua liderança que o partido ganhou corpo dentro das localidades. Entretanto, a posição construída ao longo de duas décadas por Ivo Silveira foi consolidada como força vital dentro das pretensões eleitorais de seu partido aos cargos maiores do Estado.

Mas, obviamente, sua influência esteve amplamente associada ao estilo e também ao círculo político-econômico de Aderbal Ramos da Silva (principal liderança pessedista na região da Capital e importante empresário), do qual o líder palhocense herdou um poderoso *capital político*. Podemos concluir, a respeito do primeiro, nos dizeres de Patrícia Zumblick dos Santos May que:

“a sua familiaridade com a cidade [Fpolis], expressava o personalismo que exercia através do que se poderia chamar como **política do dia a dia**. Com acentuado culto ao bairrismo, ARS buscou construir sua imagem pública entre a elite do estado e entre as classes subalternas, seguindo um estilo tipicamente populista, acompanhando a tendência dominante na América Latina nos anos cinquenta” (MAY, 1998: p. 70)

E assim não foi diferente para Ivo Silveira. Imbuído de uma “simpatia popular”, notadamente construída numa relação de reciprocidade com as populações das diversas localidades, familiarizando com os eleitores através das atividades mais simples, como as festas de Igreja e as inaugurações de obras públicas, assim como com os seus principais problemas e queixas, este e outras lideranças se auto-afirmavam perante a população, constituindo uma atmosfera de “legitimidade”, “influência” e “respeito” por parte dos eleitores em geral.

Aqui é preciso ponderar a respeito da altivez advinda de uma liderança muitas vezes mitificada. Como nos diz Raoul Girardet, “o tema do Salvador, do chefe providencial, aparecerá sempre associado a símbolos de purificação: o herói redentor é aquele que liberta, corta os grilhões, aniquila os monstros, faz recuar as forças más” (GIRARDET, 1987: p.17).

Os chefes ou *lideranças* locais, a partir do Estado Novo, foram formados pelas máquinas partidárias em que se lançaram para a disputa eleitoral, mas isso não garantia aos partidos, como ainda hoje não garante, que suas bases fossem patrimônios desses mesmos partidos; aliás, a grande condição de barganha desses líderes sempre foi a possibilidade de arrebanhar os eleitores, por conta de vantagens pessoais das mais diversas, pois sempre que preciso lá estava o “Doutor”, o “seu pessoal” ou mesmo os familiares e cabos eleitorais (com inúmeras atribuições), prestando assistência aos “mais necessitados” (*as gentes humildes*), assim como aos fiéis correligionários (que também podiam mudar de acordo com as dissidências e as mudanças no quadro político). Explorar os vínculos pessoais e cotidianos,

sem obrigatoriamente assumir um pertencimento partidário-ideológico podia ser uma conveniência mais do que adequada ao eleitorado do que fazer parte, efetivamente, de uma organização partidária. Entretanto, a fluidez das demandas dos eleitores não deve ser vista unicamente como uma manifestação da contemporaneidade, mas sim como uma das formas de participação mais reconhecidas do jogo eleitoral ao longo do tempo: uma espécie de margem para a atuação dentro do campo político e não uma renúncia do “estar presente” nele.

Como se fez com o pessedismo em Santa Catarina, processos semelhantes também ocorreram com outras correntes políticas do Estado durante boa parte do século XX.

Entre outros fatores, podemos destacar também que a partir dos cursos superiores fundados em Florianópolis, novos atores puderam entrar em cena, como o próprio Ivo Silveira, que ingressou no curso de Direito no ano de 1940. Aqui, quando se destaca o ensino superior, sobretudo o Direito, isso ocorre devido à influência já tradicional em nosso país dessa área de saber na esfera política. Resumindo, os círculos políticos e os seus arranjos eram definidos neste ambiente, pois os jovens das elites ali tomavam contato com o universo público. Os próprios professores eram, em sua maioria, bacharéis e políticos simultaneamente. De acordo com tal perspectiva, Norberto Dallabrida, ao comentar a “fabricação escolar das elites” no início do século XX no Ginásio Catarinense, chama a atenção para o fato de que “boa parte dos egressos do colégio dos jesuítas veio a constituir a elite dirigente do estado de Santa Catarina e alguns tiveram relevo nacional, tanto na iniciativa privada como e principalmente no aparelho estatal” (DALLABRIDA, 2001: p.31).

Mas, na verdade, não se tratava apenas da atuação individual do político, mas também da sua formação. Na verdade, é nisso que consiste o que se pretende aprofundar: em que intensidade ocorreu a associação entre as lideranças políticas e em torno de que laços elas se reúnem e se projetam no meio eleitoral. Não é por acaso que a família Ramos é a protagonista dos cargos eletivos conquistados pelo PSD entre 1947 e 1965. O próprio governador Ivo Silveira, eleito no pleito de 1966, se não era aparentado à família, sem dúvida era a figura com maior acesso aos seus líderes e a mais congratulada. E é na sucessão aos membros da família Ramos no executivo que isso vai se provar.

Com as novas demandas advindas do projeto nacional-desenvolvimentista brasileiro, Santa Catarina também se obriga a construir um lugar para si no novo alinhamento que era preparado para o desenvolvimento da nação. “A formação de um público urbano e a emergência de uma cultura de massa iriam modificar substancialmente a sociedade brasileira. Entramos no ‘tempo cultural acelerado’, onde os signos se multiplicam visando o consumo

imediatos” (VELLOSO, 2002: p.173). Preparar o caminho do progresso era o compromisso de qualquer corrente política.

Planejar para desenvolver era o princípio norteador dos programas e discursos partidários. A política catarinense se via na iminência de discutir, de forma definitiva, a superação do atraso e o engrandecimento do povo catarinense. E a década de 1950 chegou ao fim exatamente com a “boa-nova” do “Seminário Sócio-Econômico. “A intenção – ainda segundo Alcides Abreu – era a de

“Realizar um diagnóstico global da realidade catarinense, envolvendo entidades públicas e privadas. Para isto, foi inicialmente criado um grupo de trabalho pelo Conselho Nacional da Indústria, que, inclusive, dispunha de dotação financeira para o empreendimento, grupo este composto de técnicos e especialistas nos diversos setores a serem enfocados” (LENZI, 1997: p.51).

Como ressalta Mônica Pimenta Velloso, “nesse contexto, toma a força a utopia nacionalista que dá por findo o ciclo do atraso. Industrialização, urbanização e tecnologia são as palavras de ordem do momento. Até mesmo os intelectuais mais radicais depositam as suas esperanças no populismo” (VELLOSO, 2002: p.172). E para as autoridades do período não era concebível que uma mudança de caráter tão drástico da sociedade não tivesse a intervenção consciente e alerta dos governos, para solucionar os problemas e dinamizar o desenvolvimento.

Eram tempos de profundo otimismo. Em Santa Catarina, o Governador Celso Ramos, corolário do setor industrial, praticamente a forma estatal da FIESC, tomou as conclusões do Seminário Sócio-Econômico e, ao aplicá-las no PLAMEG, engendrou suas forças na modernização do Governo Catarinense, fomentando o planejamento racional das atividades estatais e favorecendo a emergência de um corpo técnico na direção do cumprimento das metas estabelecidas em campanha. “Na constelação dos valores que compunham a administração Celso Ramos, brilhava a estrela dos técnicos, um grupo, em sua maioria jovem, que o Governador convocara para integrar seu quadro de auxiliares e que colocava em prática idéias inovadoras, capazes de acelerar o desenvolvimento do Estado” (TANCREDO, 1998: p.265). Desse movimento, emergira, antes do início do mandato do Governador, uma liderança de porte reconhecido pela comunidade política catarinense: Alcides Abreu.

“Já há algum tempo Alcides estava ao lado de Celso Ramos. Colocava sua inteligência e capacidade a serviço da Federação das Indústrias de Santa Catarina quando o novo Governador do Estado presidia essa entidade de classe. Inteligência e capacidade que se ampliaram com a experiência adquirida nos bancos da Sorbonne. Alcides morou em Paris e freqüentou aquela Universidade numa época em que pouquíssimos brasileiros podiam ter acesso a tal privilégio” (TANCREDO, 1998: p.265).

Dessa maneira, o Plano de Metas do Governo, previsto para o exercício de 1961-1965, colocava-se pronto para sair do papel e atingir em cheio o “homem” e o “espaço catarinense”.

Não se faz aqui necessário discutir a importância, maior ou menor, do pioneirismo no que diz respeito a esse método administrativo na política nacional. Os esforços para o cumprimento das metas do PLAMEG foram imensos e causaram profundos impactos na sociedade catarinense. Mas é importante situar esta experiência em seu contexto. Uma época, marcada pelo que poderia se chamar de uma “febre do planejamento”. A política brasileira vivenciava uma experiência peculiar. Os anos JK haviam deixado uma atmosfera positiva quanto à modernidade e a crença utópica de que o traço idealizado pelos arquitetos e engenheiros poderia controlar os usos do espaço, dando ao território brasileiro um tratamento racional, devidamente previsto e organizado; enfim, preparando-o para o “sonho desenvolvimentista”. O próprio lacerdismo incorporou essas premissas, largamente entendidas como a salvação do Estado e a viabilidade para o crescimento econômico. “Com razão, a preocupação com a descentralização e o planejamento são dois temas fortemente presentes ao longo de todo o período desse governo. Na verdade, são bastante característicos desse período da história da administração pública brasileira” (PEREZ,2007: p.149).

Assim como nas fileiras políticas do varguismo, as idéias em torno do planejamento ganham fôlego em toda a comunidade política nacional. Tanto que serão marca do governo militar instaurado em 1964. Como percebe Mônica Pimenta Velloso, “daí prevalecer a concepção do Estado como um todo orgânico, a idéia da política como missão e a visão da sociedade como uma espécie de corpo místico” (VELLOSO,2002:p.187).

Essa era, portanto, a concepção política que predominava nas ações executivas do Governo Celso Ramos em Santa Catarina. Dotar um corpo técnico qualificado e servido de condições para o fomento do progresso, da educação e do trabalho. “Entretanto, a tecnoburocracia que movimentava as estruturas do estado entrava em atritos constantes com os políticos tradicionais do PSD, habituados ao pragmatismo utilitário e à política cartorial e de clientela” (LENZI,1997:p.93).

De um lado, o grupo dos tecnocratas concebia o campo político como um meio para uma tarefa de intervenção e transformação da realidade. “Ocorria, assim, choques entre tecnoburocratas (também denominados *grupo da Sorbonne*) e os *paraguaios*, liderados por Aderbal Ramos da Silva, Renato Ramos Silva e outros” (LENZI,1997:p.93). Ao contrário dos primeiros, os paraguaios pensavam a política como um fim em si mesmo. “Caracterizavam-se por estarem permanentemente dispostos à luta onde quer que o partido precisasse. Discutiam

nas esquinas, discursavam nos comícios, atacavam e defendiam nos jornais e nas rádios, brigavam nas ruas e se impunham” (TANCREDO,1998: p.266). Como se vê, sua posição estava centrada em princípios políticos diametralmente opostos aos adotados pelo governo. Sua influência e relevância no espaço público eram fruto da mais absoluta personalidade. A homogeneização da sociedade, e por consequência do eleitorado, poderia revelar a iminência de sua falência política. Por mais que compreendessem a necessidade e, em muitos casos, percebessem a lucratividade advinda, sobretudo da industrialização, não era para eles nada desejável que os antigos laços de poder fossem desmanchados. Admitiam a modernização, mas, para eles, “a política deveria ficar com os políticos, respeitando-se as determinações técnicas ditadas pelo Governador à equipe da *Sorbonne*” (TANCREDO,1998:p.266).

Estes últimos, entendiam-se como “a elite da agremiação, atuavam somente no plano intelectual, com inegável competência e importância para o todo. Seu campo de atividade partidária não ultrapassava os espaços do gabinete de trabalho” (Tancredo,1998:p.266). Por conceberem os motivos da vitória eleitoral, colocavam-se a disposição para a empresa do governo. E tal influência ganhou corpo. Como assinala Luiz Henrique Tancredo:

“No Governo, os espaços ocupados por esse grupo de técnicos liderados pelo professor Alcides Abreu eram cada vez maiores. A cobertura crescente proporcionada por Celso constituía motivos de preocupação para lideranças políticas do PSD, entre elas Aderbal e Renato” (TANCREDO,1998:p.266).

Sendo fundamental para os “paraguaios” o controle da máquina pública, agora refinada pelos “acadêmicos da Sorbonne”, entra em cena uma nova correlação de forças em busca do poder partidário, resultado simultâneo da fricção e da simbiose entre novas e antigas culturas políticas.

Tais observações deixam claro um aspecto extremamente importante da cultura política catarinense, e em escala maior, da brasileira: o compromisso com os aliados. As alianças, mesmo quando realizadas dentro da própria família, eram seguidas sempre tendo como lastro as pendências de acertos anteriores. Ou seja, se os esforços do planejamento governamental iniciado na presidência da FIESC e as aplicações do mesmo no mandato Celso Ramos (1961-1965) fossem suficientes para a corrida sucessória, o grupo político ancorado na tecnocracia teria indicado “naturalmente” um dos seus pares para a disputa. Tal alternativa parecia estar encaminhada na figura do professor Alcides Abreu. “Homem forte do governo Celso Ramos, presidente do Banco do Estado, criador do Plano de Metas do Governo e irmão de Nelson Abreu, chefe da casa civil do governo, Alcides, era moço,

competente, formulador e condutor de idéias novas, e liderava os meios acadêmicos e intelectuais” (LENZI,1997: p. 97).

Mas como bem ponderou o próprio Ivo Silveira (candidato eleito no pleito de 1965) a respeito do impasse:

“O governador Celso Ramos tinha como candidato à sucessão o professor Alcides Abreu. Ocorre que o PSD tinha uma bancada muito ativa na Assembléia Legislativa, e o meu nome transitava bem. O dr. Aderbal era muito meu amigo e me apoiou na indicação. Criou-se na época uma onda de que o governo estava muito técnico e que a eleição seria muito disputada. A análise era simples: corríamos o risco de perder” (PEREIRA,1998:p.40).

O que também deve ser levado em consideração é que os atos do governo não se concretizavam sem a devida apreciação do legislativo. E dentro das tradições políticas catarinenses, os embates em torno do Parlamento se faziam intensos. Como parte da cultura política daquele momento, calcada em relações de compromisso pessoal e acordos de bancada, fazia-se extremamente arriscado ao partido romper com suas práticas (até então bem sucedidas), sob pena de fracassar na disputa pelo poder e destruir a coesão interna por meio das dissidências. Sob esta posição, optou-se pelo continuísmo:

“Ivo Silveira sempre fora o fiel herdeiro do PSD, e era pessoa de extrema confiança do doutor Aderbal. Ivo era líder do governo Celso Ramos, hábil, negociador, partidário, respeitado pelos adversários, deputado estadual por cinco legislaturas, e chegou à chefia do poder legislativo em 1963/1964 pelos méritos da fidelidade e da competência” (LENZI,1997:p.96-97).

Como ele mesmo se percebia nos seus tributos em plenário (primeiro como oposição, depois como situação), “obedecia a uma linha moderada. Eu nunca fui um homem agressivo. Fui líder do bloco de oposição e presidente de comissão durante muitos anos. Com a eleição do Celso Ramos fui líder do governo” (PEREIRA,1998:p.24).

Para dar fim aos conflitos internos, uma ocasião se constituiu como o “ato simbólico” da predominância do grupo tradicional nas carreiras maiores do Partido Social Democrático. Numa reunião de setores do PSD em Jaraguá do Sul, uma lista de assinaturas corria com a declaração de apoio ao ex-governador Aderbal Ramos da Silva, para que o mesmo fosse indicado pelo partido como candidato de consenso. Como o próprio se entendia “acima das disputas do partido” e já havia conquistado o prestígio de governador (1947-1950), o caminho ficava aberto para uma indicação de sua preferência, e tido por muitos como natural: Ivo Silveira.

Mesmo assim, seria extremamente insuficiente uma versão dos fatos que viesse a concordar com a premissa de que os paraguaios conseguiram manter seu status partidário. Na política tudo o que se tem são opções. Na verdade, dentro de um complexo jogo de interesses

colocados à prova, é preciso salientar que a opção por Ivo Silveira foi a tentativa de manter o sucesso eleitoral e não permitir a expansão do adversário maior no cenário, a UDN. A partir dessa querela, também é importante perceber como que estas chamadas “elites políticas” se construíam internamente e forjavam suas lideranças. Em geral, surgiam de famílias abastadas e/ou tradicionais, que possuíam um padrão social semelhante. Outras lideranças políticas delas surgiam ou a elas se associavam dependendo especificamente de cada caso. Mas o essencial era mantido: concentrar e conservar o poder político dentro do menor número possível de líderes para garantir a manutenção de vantagens econômicas, pois do controle do Estado, o qual passa pelas eleições, vinha a possibilidade de articulação com o crescimento econômico.

Mas, se de um lado, o governador eleito Ivo Silveira conseguiu manter a “coesão interna” de seu partido e consolidar as práticas administrativas de seu antecessor, lançando o PLAMEG II, por outro enfrentou uma crise política extremamente delicada com a instalação do bipartidarismo na República. Momentaneamente, o exercício do poder estava garantido, mas a máquina partidária passaria a existir apenas parcialmente.

Mesmo assim, é preciso ressaltar que o próprio regime militar só encontrou viabilidade justamente por contar com as bases político-eleitorais reconstruídas após o suicídio de Getúlio Vargas e da crise do trabalhismo. Os líderes do PSD e da UDN assentavam-se fortemente numa relação de animosidade entre pólos que se fixavam em torno de suas candidaturas; tal fenômeno ultrapassou esse universo político, chegando ao “abraço acolhedor” da ARENA e sobrevivendo no período contemporâneo como entidades fantasmagóricas, ou seja, os partidos são os mais diversos, mas suas correntes são ainda visíveis e permanecem em tom de animosidade e luta por espaço no palco político de cada localidade catarinense.

Referências Bibliográficas:

- DALLABRIDA, Norberto. **A fabricação escolar das elites: O Ginásio Catarinense na Primeira República**. Fpolis: Cidade Futura, 2001.
- GIRARDET, RAOUL. **Mitos e mitologias políticas**. SP: Cia. Das Letras, 1987.
- LENZI, Carlos Alberto Silveira. **Celso Ramos: Um perfil político**. Fpolis: Ed. Terceiro Milênio, 1997.
- MAY, Patrícia Z. dos Santos. **Redes político-empresariais de Santa Catarina (1961-1970)**. UFSC – Dissertação de Mestrado, 1998.
- PEREIRA, Moacir (org). **Ivo Silveira: um depoimento**. Fpolis: Editora Insular, 1998.
- PEREZ, Maurício Dominguez. **Lacerda na Guanabara: A reconstrução do Rio de Janeiro nos anos 1960**. SP: Odisséia Editorial, 2007.
- TANCREDO, Luiz Henrique. **Doutor Deba: poder e generosidade**. Fpolis: Ed. Insular, 1998.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. A dupla face de Jano: romantismo e populismo. In: GOMES, Angela de Castro. **O Brasil de JK**. RJ: Editora FGV, 2002.